

Proliferação de ratos em lixeiras causa transtornos no Vila Rica

Moradores relatam que já acionaram o município, porém não obtiveram retorno

Por Leandra Lima

Moradores do bairro Vila Rica, localizado em Itaipava, relatam problemas com a pavimentação ao redor das lixeiras e acúmulo de lixo que levam à proliferação de roedores na região. Denúncias afirmam que o poder público foi acionado por conta dos riscos que o atual estado das caçambas pode trazer para a saúde física e para o meio ambiente, afetando a integridade da comunidade, porém nenhuma medida efetiva foi realizada.

A moradora Lilian Regina Marcilio Nogueira, mais conhecida como “Tia Lili”, narra o cenário vivido pela comunidade há cerca de 30 anos. “Essa lixeira sempre foi assim. Nós nunca tivemos pavimentação no chão para que pudéssemos, em dias de chuva, jogar o lixo com dignidade. Com o passar do tempo, piorou a situação, pois aumentaram as obras e entulhos”, contou.

Risco à saúde

Além da infraestrutura das caçambas, o problema com os roedores é constante, o que gera insegurança à população, pois o contato com o animal, pode levar a um quadro de leptospirose, uma doença que chega a cerca de 40% de letalidade em casos agravantes. Conforme o Ministério da Saúde (MS), a ocorrência da patologia está ligada às condições precárias de infraestrutura sanitária e alta infestação de roedores infectados.

A infestação do animal também representa um risco à economia da localidade, pois de acordo com Tia Lili, existe um comércio próximo à área. “Já liguei para a vigilância sanitária, porque do outro lado da escada, tem uma lanchonete e o proprietário está apavorado, pois se esses ratos entrarem na lanchonete, acabou o trabalho dele. Ele também já ligou, e nesse tempo todo pedindo, ninguém fez nada”, afirmou.

Olhar público

Lilian relatou que a Secretaria do Meio Ambiente já foi notificada e que sabem da necessidade de se ter uma contenção na região. A Prefeitura também está por dentro do assunto, segundo a moradora, a presidente da Companhia de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep), Fernanda Ferreira foi ao local, reportou em vídeo, conversou com o presidente da associação do bairro, e anunciou que faria medidas. No



Moradores pedem calçamento e pavimentação no trecho. Quando chove, o acesso às lixeiras fica impossibilitado



Moradores alegam que o poder público não adotou medidas

entanto, nada aconteceu segundo o que apontam as denúncias.

Apesar das falas, a Comdep informou que não há registro de reclamação formal referente à coleta de lixo na Vila Rica e ressaltou que a coleta ocorre conforme o cronograma estabelecido para a localidade. Sobre o entulho, a companhia ressaltou que tal acúmulo acontece por conta do descarte irregular. Outro ponto esclarecido pelo órgão, foi a instalação recente de novas coletoras em diversos trechos da Vila Rica, com o objetivo de ampliar a capacidade de

acondicionamento e organizar o descarte domiciliar.

Os esclarecimentos ainda assim não refutam as denúncias da população, pois a questão não é apenas a instalação, mas a infraestrutura que envolve o dispositivo que precisa de reestruturação. “É complicado. Porque são longos anos de solicitação e vai ficando cada vez pior. O lixo tem dias que chega quase na rua. Como as pessoas não têm como entrar e ir na frente da lixeira e jogar os resíduos, por conta da lama ou medo dos ratos, quando vão descartar, jogam da beirada da rua”, enfatizou.

Problema recorrente

A questão do lixo em Petrópolis é recorrente. Em 2024 a cidade foi apelidada de “lixão a céu aberto” por populares devido às crises de acúmulo de resíduos que causaram grandes transtornos urbanos nos últimos semestres do ano, que se estenderam em certos períodos de 2025. Nesse período havia grande volume de lixo em diferentes partes do município, com maior incidência nas comunidades descentralizadas.

Entre os problemas, estavam falhas na regularidade da coleta de lixo domiciliar. Na ocasião, a Prefeitura informou que o volume dos descartes irregulares aumentou e impactou o ritmo da coleta. Em dezembro do ano passado, a situação remeteu à crise e, no mesmo mês, a vereadora Júlia Casamasso (Psol) enviou uma ‘Notícia Fato’ ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) denunciando falhas graves na coleta de resíduos e na limpeza urbana. O documento reunia denúncias da população e registros fotográficos que evidenciaram o acúmulo de lixo em diferentes bairros, com riscos à saúde pública, ao meio ambiente e à segurança da cidade, por estar próximo às chuvas de verão.

A crise do lixo é uma herança da antiga gestão e a breve solução da atual foi contratar, de forma emergencial, em janeiro de 2025, a empresa Força Ambiental, que presta o serviço de transporte e destinação dos resíduos. O trâmi-

te foi realizado em maio do ano mencionado. Devido ao exposto, o Executivo fechou um termo aditivo para que a empresa continue atuando até julho de 2026, ao custo de mais de R\$ 8 milhões.

Para quem é feito

O cenário descrito traz à tona um antigo questionamento sobre direito de cidade. No que tange a quem os direitos atingem, e aqueles que têm o poder de usufruir a melhor das políticas e segurança pública. Além de se encaixar no conceito de “racismo ambiental” onde a comunidade periférica não recebe atenção necessária no sentido de serviços essenciais como a questão sanitária. Esses grupos são afetados diretamente pela degradação ambiental, sendo expostos a riscos ambientais nocivos à saúde, dos quais são atingidos por enchentes, poluição entre outras situações causadas pela falta de infraestrutura, que deveria ser garantida pelo estado.

Esse recorte é sustentado na fala de Tia Lili, um importante figura comunitária no Vila Rica. “Fico triste, porque todo cuidado com a cidade é no centro e nos bairros ao entorno. Ou então aqueles bairros que dizem que são escandalosos. Mas eles se esquecem que é na periferia que moram as pessoas que levam qualidade de vida para esses que estão na ponta. Para os gestores e secretários. Então, eu não consigo entender o porquê de não cuidar bem também dessas pessoas”, enfatizou.